

## **A teoria, na prática, funciona. Gestão de acervos no Museu Histórico Abílio Barreto.**

Thaís Velloso Cougo Pimentel\*, José Neves Bittencourt\*\* e Luciana Maria Abdala Ferrón\*\*\*

### **Resumo**

O trabalho traça um panorama da reestruturação do Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB), a partir de 1993, do ponto de vista da implantação de uma Política de Aquisição de Acervos. Partindo de assunção de três matrizes: conceituais (conhecimento da *história da instituição*, conhecimento das *linhas mestras do acervo*, existência de um *projeto institucional de longo prazo*), os autores examinam as características da instituição em sua fundação e os motivos que levaram a estagnação, decadência do patrimônio e falta de apoio político nos anos seguintes, vividos por quatro décadas. As opções teóricas e metodológicas são examinadas e levantadas as possibilidades abertas pelo processo.

O enfoque da trajetória do museu é dado pela perspectiva da aquisição e gestão do acervo que passou por grandes problemas de ordem administrativa, estrutural e inclusive conceitual, mas que hoje pode contar com uma política eficaz no controle e ampliação do mesmo, o que garantiu a sua atualização frente ao desenvolvimento de Belo Horizonte.

**Palavra chave:** Gestão de acervos. Políticas públicas de preservação. História dos museus—Brasil

## **The theory, in practice, works. Managing collections in the Museu Histórico Abílio Barreto**

### **Abstract**

The work depicts an overview of the Museu Histórico Abílio Barreto's revitalization process, since 1993, from the point of view of Collecting Policy. Starting with the acceptance of three conceptual sources (the knowledge of institution's history, the knowledge of the main lines of the collections and the existence of a long term institutional project) the authors examine the early characteristics of the Museum and

the main motives of its stagnation in the following four decades. The theoretical and methodological options are examined and the possibilities aroused by the process are analyzed.

The focus of the museum's trajectory is provided by the perspective of the acquisition and management of the collections, which has gone through major problems of administrative, structural, and even conceptual orders, but today it counts on an efficient policy for the control and expansion of it, which guaranteed its updating in relation to the development of Belo Horizonte.

**Key-words:** Museum collection management. Public preservation policies. History of Brazilian museums

---

### **1 Gestão de acervos: estabelecendo limites e possibilidades.**

Após o final da Segunda Guerra Mundial, a adoção pelos museus de novas abordagens teóricas e de conceitos daí decorrentes, levou à uma notável expansão do campo museológico e do objeto museológico. Até a metade do século passado, esses conceitos tinham amplitude bastante mais limitada. A partir da incorporação do conceito de “documento”, virtualmente todas as categorias de itens materiais passaram a ser considerados como de interesse para musealização. Todo e qualquer artefato, independente de sua categoria, é um potencial suporte de informações sobre os processos sociais e comunicativos que o gerou.

A chamada ‘cultura material’ participa decisivamente na produção e reprodução social. [...] Os artefatos [...] são não apenas produtos, mas vetores de relações sociais. [...] Não se trata, portanto, apenas de identificar quadros materiais de vida, listando de objetos móveis [...] até obras de arte. Trata-se, isto sim, de entender o fenômeno complexo da apropriação social da natureza física. (MENESES, 1994, p. 12)

Os museus têm por principal função preservar e interpretar essa maré montante de artefatos, além de introduzir, em seu ambiente, itens que se caracterizam pela não-

materialidade: práticas, falas, memórias. Toda a esfera da cultura torna-se virtualmente musealizável.

Nos museus ditos “de história”, uma tal abrangência traz em si seu limite: não é possível musealizar tudo, embora tudo seja, potencialmente, passível de musealização.

O número de escolhas e orientações que envolvem a prática da curadoria de história, na Grã-Bretanha, chega a ser estonteante e gera não pouca confusão. [...] os curadores de museus de história têm trabalhado debaixo de diferentes formas e influências. Assim, termos como vestígios, antiguidades, etnologia, etnologia regional, antropologia, antropologia social, antropologia evolucionária, estudos regionais, vida do povo, folclore, cultura material, cultura popular, história, história social, arqueologia histórica e industrial e, mais recentemente, multiculturalismo, têm tido alguma relação, ao longo do século XX, com a prática da “história” nos museus. (KAVANAGH, 1990, p. 53-54).

São, pois, inumeráveis as fontes de acervos, e limites devem ser estabelecidos, uma vez que as coleções não são corpos estáticos.

Para os museus, considerados individualmente, um certo nível de crescimento [das coleções] é necessário, para assegurar a qualidade [...]. Mas o crescimento apresenta, para os museus, alguns problemas [...] quanto maior for a coleção, maior será o atrito sobre os recursos do museu. [...] a adoção, por cada museu, de políticas claras de coleção é um pré-requisito racional. Uma tendência positiva é o cuidado com que, nas últimas décadas, as equipes e diretores dos museus têm limites definidos para seus interesses de recolhimento, adotando estatutos formais sobre [...] aquisição e baixa de objetos. Muitos pequenos museus, entretanto, ainda não deram esse passo. (AMERICAN ASSOCIATION OF MUSEUMS, 1984, p. 36).

Dar tal passo, que significa começar a controlar as coleções, significa estabelecer, com segurança, uma única pré-condição, da qual derivarão todas as outras: “... o museu deve ser capaz de reconhecer até que ponto um objeto é relevante, priorizando suas escolhas” (KAVANAGH, 1990, p. 97).

Essas duas indicações servem como marco para essa discussão: (i) é desejável que o acervo se expanda e, (ii), o museu deve ser capaz de estabelecer suas necessidades. O resultado dessas duas constatações aponta para uma “política de

gestão de acervos”, conceito que deriva, logicamente, das mudanças estruturais rapidamente introduzidas anteriormente.

## **2 Política de Aquisição de Acervos – questões para se ter em mente.**

Os acervos museológicos não são conjuntos destinados a um crescimento perene: sua extensão física pode variar, tanto para cima, como para baixo, e a problemática da aquisição de acervos ultrapassa o mero recolhimento. Isso implica na existência de um conjunto de diretrizes filosóficas e conceituais que, formalizado e expresso em documentos de ampla disseminação, orienta estratégias de ação objetiva de localização, identificação, abordagem, recolhimento e tratamento de objetos passíveis de musealização. A existência, o conhecimento e a aplicação dessas diretrizes pode ser chamada de “Política de Aquisição de Acervos”.

Mas porque “aquisição”, e não “gerenciamento”, aparentemente mais abrangente? A “aquisição” implica no controle conceitual e técnico, mas também num ato legalmente embasado que dá ao possuidor total capacidade sobre o bem possuído. “Adquirir” é “entrar na posse de algum bem, através de contrato legal ou não; tornar-se proprietário, dono, capacitando-se ao uso pleno” (HORCAIO, 2006, p. 29). A “aquisição” é, para além de um ato intelectual, uma figura decorrente de um ato juridicamente embasado, que gera direitos plenos, enquanto o recolhimento gera apenas a posse. O gerenciamento, ou seja, o ato de administrar, e todos os seus desdobramentos - todas as atividades-fim dos museus – só se torna possível se antecedido pela aquisição.

De modo geral, a concepção de Políticas de Aquisição de Acervos é, no Brasil, considerada como ação de menor importância, visto que os museus têm dificuldades em lidar com os acervos existentes e planejar suas coleções (1). Iniciativas de “gerenciamento de coleções”, em geral, passam a ser discutidas considerando-se, *a priori*, que os acervos já estão formados e consolidados.

O problema é que a inexistência de diretrizes que orientem a atuação com relação não apenas ao recolhimento, mas também aos objetos já integrados aos acervos, coloca os museus na posição de “recolhedores passivos” (BITTENCOURT, 2005, p. 150), e provoca não só o crescimento descontrolado dos acervos, como também a

incapacidade de pensar no descarte. A concepção e implantação de uma Política de Aquisição de Acervos é uma forma de estabelecer linhas de gestão do acervo preservado.

Um projeto deve, necessariamente, iniciar-se, tendo claras três matrizes: primeira, um conhecimento bem embasado da *história da instituição*, inclusive de sua história administrativa; segunda, um conhecimento bem embasado (que é gerado pelo conhecimento da história institucional) sobre as *linhas mestras do acervo*, inclusive de suas coleções nucleares; terceira, a existência de um *projeto institucional de longo prazo*, que considere as demandas potenciais feitas pela sociedade, e todas as possibilidades, potencialidades e limitações do museu (BITTENCOURT, 2005).

### **3 Administrando acervos em Belo Horizonte.**

A implantação de uma Política de Aquisição de Acervos no Museu Histórico Abílio Barreto (doravante, MHAB) levou em consideração todos os itens apresentados acima. Essa iniciativa esteve vinculada ao chamado “processo de revitalização” (PIMENTEL, 2004, p. 8), conjunto de ações que começaram a ser concebidas e desenvolvidas em 1993, visando, sem tirar a instituição de seus limites – a cidade de Belo Horizonte – ajustá-la aos novos paradigmas que, desde os anos 1970 vinham mudando o panorama dos museus no Brasil. O “processo de revitalização”, bem como a administração do MHAB, no período que se seguiu ao encerramento do mesmo, em 2003, tem se revelado um laboratório de políticas de gestão museal de valor inestimável. Examinaremos, em seguida, como se aplicam essas matrizes quando lançadas sobre um museu de verdade.

A criação, expansão e problemas que o MHAB viveu ao longo de seus mais de 60 anos de existência reproduzem, em escala concomitante à cidade de Belo Horizonte, a trajetória dos museus em nosso país, ao longo do século passado. A capital mineira contava apenas 50 anos desde sua fundação, quando o historiador e jornalista Abílio Velho Barreto, chefe da divisão de arquivo da Prefeitura de Belo Horizonte, convenceu o prefeito Juscelino Kubitschek de que era chegada a hora de se criar um museu histórico (ALVES, 2003, p. 9-11; PIMENTEL, 2004, p. 14). Barreto já era reconhecido, na época, como uma espécie de “historiador oficial” da cidade,

autor de uma grande memória sobre seus antecedentes e origens, ainda hoje muito consultada: “Belo Horizonte: memória histórica e descritiva”, em dois volumes. (2)

A criação do Museu Histórico de Belo Horizonte – denominação original da instituição – deu-se em 1941. A “nova” capital já se encontrava, então, bastante diferente da cidade, inaugurada em 1897. Embora seu plano original permanecesse na essência o mesmo, seu patrimônio edificado tinha sido bastante modificado, já nas primeiras décadas de instalação dos novos habitantes e serviços. A originalidade de seu planejamento e processo de construção tinha se perdido no tempo, mas restava a memória do processo, em um importante acervo documental produzido pela Comissão Construtora da Nova Capital, nos primeiros anos, e guardado nas instituições criadas pela administração pública para este fim.

Barreto foi encarregado de identificar e organizar uma coleção que retratasse as condições e circunstâncias nas quais foi instituída a nova capital. Sua disposição era, de fato, a de contar, para as futuras gerações, a história que ele chamou “antiga” e “média” de Belo Horizonte. Para tal, reuniu artefatos para compor o acervo de um futuro museu.

Belo Horizonte passava, então, por amplo processo de expansão, horizontal e vertical. Outros equipamentos modernos, como o complexo arquitetônico da Pampulha, foram implantados na cidade, como a sugerir novos modos de vida que viam como antigos os traços da capital, criada em fins do século XIX. A modernidade, entretanto, tinha duas faces: uma, apontava o futuro, intenção não escondida pelo prefeito Kubitschek; outra buscava preservar o passado, por meio da conservação de “relíquias da história da cidade”, o que não deve ser considerado contraditório, pois “[o] inusitado de Belo Horizonte dispor de uma instituição para a guarda de relíquias históricas [...] seria difundido pela imprensa local como obra do espírito empreendedor e progressista do prefeito JK.” (CÂNDIDO, 2003, p. 10).

A criação do Museu, e sua viabilização, resultaram na junção improvável de três atores diversos: JK, Barreto e os modernistas do Sphan. Essa curiosa associação, entretanto, nunca foi tranqüila: a começar pelo “Casarão da Fazenda do Leitão”, edificação remanescente do desaparecido Curral del Rei, e destinada para sede do

Museu, não foram poucas as discordâncias entre Barreto e o Sphan. A imposição de um partido de restauração que enfatizava o aspecto “casa mineira” em detrimento da função, que comprometia a eficácia do circuito de exposição (BITTENCOURT, 2004b, p. 45) foi apenas o primeiro problema. Ao longo dos anos seguintes, embora diversos diretores tenham enfatizado a necessidade de expansão física do Museu, essas propostas esbarraram sistematicamente na oposição do Sphan, e na falta de apoio por parte de Prefeitura.

Assim, após um início promissor, o MHBH rapidamente encarou a estagnação, pois o apoio político foi-se com a retirada de JK da cena belo-horizontina. Cada vez mais acanhado, em seu pequeno prédio inadequado às funções que dele eram pretendidas, a instituição não conseguiu tornar-se protagonista da história da cidade, como inicialmente imaginaram Kubitschek e Barreto.

Nos primeiros 50 anos de existência, o Museu acompanhou, à distância, as transformações da capital. A história contida no acervo, sua compreensão expressa nas exposições e a noção de memória que permeava toda a ação institucional faziam do museu um lugar para poucos, ainda que gerações e gerações de estudantes o tenham visitado e guardem boas recordações da experiência. Talvez a tranqüilidade reinante nas salas de exposição, em contrapartida à agitação da metrópole, impedisse que se notasse que o acervo reunido por Barreto e que, em 1993, ainda continuava sendo base das exposições, constituía um problema.

Ainda que não explicitamente, a política de acervos do MHAB foi implantada antes mesmo da criação da instituição, e teve no “Regulamento do Museu Histórico de Belo Horizonte”, documento redigido pelo diretor em 1942, e nunca implantado oficialmente, sua primeira norma. Estabelecia a transferência, para o Museu, de obras de arte, objetos, livros, documentos, folhetos, existentes em todas as repartições da prefeitura, “a juízo do Diretor, com autorização do Prefeito.” (BARRETO, 1942, apud CÂNDIDO e TRINDADE, 2004, p. 144)

Segundo uma listagem fornecida pelo diretor ao Sphan, em 1942, o acervo era distribuído por categorias como mobiliário, numismática, armaria, telas, plantas, documentos e fotografias, e dividido em três seções: a primeira, relacionava

artefatos provenientes do Arraial do Curral del Rei; a segunda, itens datados da inauguração de Belo Horizonte em diante; a terceira, itens relacionados com Minas Gerais e com o Brasil (SANTOS e COSTA, 2006, p. 219). A divisão, proposta do organizador do Museu, seguia, de modo geral, a organização tradicional de um museu de história. Também de forma tradicional, os objetos foram, quando da inauguração do MHBH, expostos em sua totalidade, enfatizados os bens que, independente da raridade e/ou excepcionalidade, “testemunhassem a cultura do antigo Curral del Rei e da capital, em sua forma plural, prescrição que se materializava na variedade do acervo recolhido na fase inicial do MHAB...” (CÂNDIDO e TRINDADE, 2004, p. 145)

Em resumo, embora Barreto mostrasse uma concepção de objeto museológico, para a época, bastante original, com sua idéia de considerar o “Casarão” como artefato musealizável (3) e não privilegiar (como era o caso de Gustavo Barroso) o objeto raro ou precioso, sua política de acervos não diferia, basicamente, de outras então praticadas na época.

Designado, em 1946, para a secretaria do gabinete do prefeito, Barreto foi substituído pelo jovem intelectual Mário Lúcio Brandão, que permaneceria no cargo por 13 anos. Observa-se, no período, algumas tentativas de expansão do Museu, a mais original delas a proposta de levar a exposição para o prédio modernista da Igreja de São Francisco de Assis, na Pampulha, proposta que não mereceu maior atenção da prefeitura (BITTENCOURT, 2004b, p. 47; CÂNDIDO e TRINDADE, 2004, p. 146). Não está claro se essa ação significaria o abandono da sede do bairro Cidade-Jardim ou a instituição de um museu de múltiplas sedes, iniciativa que teria sido bastante avançada, na época. Mesmo sem maiores esclarecimentos, pode-se entrever, na proposta do então diretor, uma possível tentativa de ligar a instituição, já encarando o esvaziamento, à memória modernista da cidade, o que poderia ter resultado em significativa modificação na política de aquisição de acervos.

Mas a política de aquisição do MHBH continuou a ser aquela formulada por Barreto, baseada em doações de particulares e transferências feitas pela prefeitura. Dois objetos de grandes proporções são, nesse período, significativos: o “elevador”, do prédio do Conselho Deliberativo, e o “bonde”, atualmente duas importantes peças do

acervo, incorporadas ao Museu, respectivamente, em 1965, e em 1968. Eram ambas identificadas como importantes para a história da cidade, mas recolhidas sem que a instituição tivesse condições adequadas de guarda e exposição.

Nas décadas de 1960, e 1970, o Museu, agora já chamado MHAB, passou da estagnação à decadência, e a Prefeitura pareceu, pura e simplesmente, desistir de seu museu de história. Num prédio, desde os primeiros tempos, inadequado para a função que se pretendia dele, o estado de conservação do acervo era o grande problema:

Os documentos sob a guarda da Instituição estavam armazenados precariamente, [...] em função do espaço físico restrito do Museu e da inadequação das suas instalações. Os cômodos e os jardins do Casarão, então sede do MHAB, abrigavam todo o acervo, sendo que grande parte dele se encontrava em estado avançado de deterioração. Além disso, as atividades administrativas também eram desenvolvidas nesse espaço. (ALVES et al. 2004, p. 93)

O estado do prédio comprometia o acervo e, embora tenham chegado a ser feitos projetos de anexos, esses nunca chegaram a ser realizados. Até 1993, portanto, o acervo museológico era um corpo inerte, visto que quaisquer tentativas de implementar uma “reformulação museológica da instituição” (palavras de uma diretora do MHAB, em meados dos anos 1980) esbarrariam nos limites físicos e institucionais do Museu.

Atualmente, examinando a história da instituição (a primeira matriz), observa-se que no Museu havia um projeto de longo prazo: contar para as futuras gerações, através da reunião de relíquias, a “história antiga” e a “história média” de Belo Horizonte. Em função desse projeto, foi implantada uma política de aquisição de acervos: a transferência, para o Museu, de obras de arte, objetos, livros, documentos, folhetos, existentes em todas as repartições da prefeitura, “a juízo do Diretor e com autorização do Prefeito”. A segunda matriz – o conhecimento do acervo – pode ser encontrada nessa formulação, e ela nos indica dois importantes vetores: o Museu sabe, por intermédio de seus servidores (“o Diretor”), o que adquirir, e o faz, contando com o apoio político necessário (“o Prefeito”).

É uma soma perfeita. O problema é que a Instituição perdeu o apoio político (o que mostram as inumeráveis solicitações do diretor, não atendidas) e, junto, sua capacidade de buscar acervos, tornando-se “recolhedor passivo”, o que indicam as transferências, por exemplo, do “elevador”, e do “bonde”. O resultado foi a perda paulatina da capacidade de contar “as histórias antiga e média de Belo Horizonte”. Passados quase 100 anos, desde a fundação da cidade, e quase 50, desde a criação do Museu, este não conseguia mais articular as “histórias antiga e média”, com a contemporaneidade em que se encontrava. O acervo no qual a cidade deveria se ver era um corpo cada vez mais carente de sentido.

#### **4 Revitalização, 1993, ou aplicando matrizes para reviver o Museu.**

Os desafios da construção da democracia em nosso país, aliados a uma nova compreensão do processo histórico, estimulada pelos debates acadêmicos, trouxeram, ao final dos anos 1980, novas idéias para a condução do museu de história, de Belo Horizonte. Iniciado em 1993, o chamado “processo de revitalização” reuniu diversas ações museológicas, elaboradas em moldes que tentavam levar em conta as novas tendências dos museus. Essa ação teve como base um documento que consolidou as diretrizes estabelecidas em uma reunião conhecida, desde então, como “Fórum de discussão e elaboração de propostas para o Museu Histórico Abílio Barreto”, acontecida em março daquele ano. Essa reunião, em que estiveram presentes especialistas universitários e da área de preservação do Patrimônio Histórico, aponta três grandes eixos de recomendações: o primeiro, relacionado ao espaço físico, cuja proposta geral era a de reordenar a destinação e os usos das áreas externas e internas; o segundo, tratava da questão do acervo, notadamente o estabelecimento de uma política de acervos para o Museu; o terceiro, tratava do aspecto conceitual do Museu. Como é possível notar, os três eixos abordavam três grandes problemas que inviabilizavam o MHAB, dois deles objetivos (o primeiro e o segundo), e um deles teórico (o terceiro), mas os três estreitamente relacionados.

E um quarto problema, que poderia ser considerado como decorrente da convergência dos três anteriores: qual o projeto do Museu, a longo prazo?

Até então, continuava sendo “contar para as futuras gerações, através de relíquias, a história antiga e a história média de Belo Horizonte” – coisa que nem o Museu, nem sua exposição, faziam mais.

A primeira providência a tomar seria, pois, a abordagem do problema teórico: introduzir no MHAB conceitos que o colocassem na esteira das concepções museológicas mais atualizadas.

A atualização conceitual do MHAB pressupôs a realização de uma ação imediata relativa à conservação e documentação do acervo – ou seja, uma proposta de gestão de acervos. Nesse sentido, no primeiro semestre de 1993, todo o acervo tridimensional foi conferido, identificado com um novo código de registro e classificado segundo o *thesaurus* adotado. Paralelamente, deu-se início ao trabalho de imunização, higienização e acondicionamento provisório desse acervo, o que possibilitou a elaboração de listagem, contendo peças com prioridade de restauração. (CÂNDIDO, 2003, p. 24)

A retomada do controle do acervo foi posta como prioridade, uma vez que qualquer iniciativa museológica teria tal condição como pressuposta.

Curiosamente (pelo menos a princípio), esta iniciativa revestiu-se, também, de um caráter comemorativo. O ano de 1993 era o do cinquentenário do MHAB, no momento em a cidade iniciava uma experiência política que se revestia de novidade: o governo da “Frente Popular”.

Um diagnóstico de sua situação no momento do jubileu, além da elaboração de um plano diretor para a instituição foram as formas de comemoração encontradas por aqueles que, naquele momento, assumiam responsabilidade de gerir este espaço público. (PIMENTEL, 2004b, p. 77)

O aspecto comemorativo buscou dar ao Museu visibilidade diante das autoridades municipais recém-constituídas, e que eram também suas mantenedoras. Ou seja – recuperar o apoio político necessário para que o “processo de revitalização” se consolidasse. Tratava-se da gênese de um projeto de longo prazo, que viria a reinstaurar a terceira matriz, uma vez que, ao recuperar o controle do acervo, a segunda já havia sido recolocada. E com a recolocação da segunda matriz, a primeira seria, necessariamente, trazida à baila: a pesquisa museológica acionada para a constituição da documentação do acervo, que estava em curso, exigiu que o

conhecimento sobre a história da Instituição fosse recuperado. A emergência do Museu, da forma como atualmente está organizado aconteceu, portanto, em torno das três matrizes.

Mas a recolocação da segunda matriz não significou, de imediato, a instituição de uma Política de Aquisição de Acervos, ainda que tivesse significado sua saída da posição de “recolhedor passivo” em que se encontrava, desde os anos 1950.

### **5 Adiante da revitalização: a Política de Aquisição de Acervos, de 2003 até hoje.**

O período entre os anos de 1994 e 1998 (4) testemunhou uma autêntica reestruturação física e institucional do MHAB. Contando com o apoio, tanto da Prefeitura de Belo Horizonte, quanto da sociedade civil, a partir de 1994, eficazmente representada pela Associação de Amigos do MHAB, a Instituição superou limitações de infra-estrutura e de equipe técnica. A partir de 1998, finalmente contando com instalações adequadas, o Museu pôde, então, iniciar o que poderia ser considerada uma segunda fase do “processo de revitalização”: a elaboração de uma política de acervos que recolocasse a instituição no tempo presente.

Em 2006, no momento em que este texto está sendo concebido, a questão do acervo, no MHAB, poderia ser dividida em dois momentos. O primeiro tem como marco o ano de 1993, quando foi elaborado o projeto emergencial de tratamento, que se desdobrou, a partir de 1995, por um lado, num projeto de inventário, e, por outro, na adoção de normas de documentação do acervo baseadas em experiências anteriores realizadas em outras instituições, já consolidadas. Foram seguidas as experiências do Museu Histórico Nacional e do Museu Paulista. Deste, foram levadas em consideração as indicações teóricas sobre os usos de museus de história, já divulgadas em textos de ampla circulação (MENESES, 1992); do primeiro, as opções metodológicas, expressas em um amplo projeto de documentação iniciado na primeira metade dos anos 1980, do século XX, baseado na utilização de terminologia controlada relacionada em um *thesaurus*, especificamente concebido para utilização em museus. (5) No MHAB, as recomendações do *thesaurus* sofreram algumas adaptações, com a divisão do acervo em quatro categorias: Objetos, Fotográfica, Acervo Textual e Iconográfico, e

Acervo Bibliográfico. O controle do acervo foi um processo paulatino, envolvendo também a criação de infra-estrutura, expressa na construção do anexo e, posteriormente, na instalação de Reservas Técnicas especializadas.

Esta pode ser considerada uma primeira fase da Política de Aquisição de Acervos. Entretanto, essa primeira fase operou basicamente com a categoria de acervos “cartorial”, quer dizer, o conjunto de documentos inventariados, registrados, e sob a guarda de um museu – na terminologia que adotamos, “adquiridos”.

No entanto, conforme avançava o trabalho de adequação conceitual e técnica em torno do acervo “cartorial” do MHAB, uma pergunta se tornava cada vez mais presente, entre os envolvidos no processo: até que ponto aquele montante de objetos, que passava a ser melhor conhecido, dava realmente conta da cidade?

Essa pergunta aprofundou-se na medida em que as atividades elaboradas em torno do novo edifício foram se organizando e consolidando. Tornava-se evidente que o Museu buscava “um novo lugar na cidade”, caracterizando-se como um “Museu/Centro Cultural”, idéia “referenciada na concepção de museu como um espaço de articulação das relações que se estabelecem entre o homem e o objeto [...] mediados pelos procedimentos de ‘Ação Cultural’.” (LACERDA, FERRON, ARAÚJO, 2004, p. 104). A noção de “museu de história” daria conta dessa articulação? Certamente não, caso a orientação do MHAB continuasse presa a “contar para as futuras gerações, através de relíquias, a história antiga e a história média de Belo Horizonte” (ainda que adaptada). Mas se a “história” passasse a ser parte, e não fundo, de uma abordagem que tomasse “a cidade (do passado, do presente e do futuro) [como] objeto de conhecimento infinitamente mais amplo e complexo do que qualquer acervo ou documentação que possa referenciá-lo” (MENESES, 2004, p. 258) o Museu teria, enfim, se descolado de seu passado, colocando-se como objeto de suas próprias ações.

A resposta era, pois, a migração de um museu para outro. Não mais o museu *de história da cidade*, mas o museu *da cidade*. O Museu/Centro Cultural revelou-se, por volta de 2002-2003, uma forma embrionária. Dele sairia o museu de cidade

na sua condição de organismo empírico, vivo e histórico. Assim, no museu de cidade, será conveniente distinguir uma dupla relação com a cidade, mediada, de um lado, por um acervo, digamos cartorial, organizando *intramuros* e constituído por tudo aquilo que remeter à cidade e a seus atributos e, de outro lado, por um acervo operacional, *extramuros*, a cidade sobre a qual agirá o museu, o espaço urbano ele próprio, na sua diversidade e dinâmica. (MENESES, 2004, p. 258)

Em todos os sentidos, a migração temática e conceitual de um museu para outro, amplamente discutida na Instituição como opção conceitual, fundadora deste momento, apresenta alguns pressupostos fundamentais. A cidade, como objeto de atuação do Museu, passa a ser vista como múltipla e complexa, artefato criado e recriado como campo de forças e campo de significações. Cidade que, ao abrigar diferentes práticas, comportamentos e interesses, gera diferentes significados sociais. Cabe ao museu de cidade explicitar esses diferentes significados, expressos nas múltiplas formas de apropriação dos espaços e representações, criadas pelos habitantes na cidade.

Essa nova abordagem implica na re-interpretação de todo o acervo cartorial, e, para além, na construção de novos acervos, alguns totalmente novos e inusitados, mesmo para os profissionais envolvidos no processo. Acervos que levistem e problematizem as “questões urbanas”, e que sejam ponto de partida do Museu em suas diversas ações: gerenciamento da informação, programa de exposições, pesquisa, projetos educativos e de comunicação.

Mesmo a política de acervos, implantada em 1993, se mostrou insuficiente. O estabelecimento da atual Política de Aquisição de Acervos se dá no momento em que, em 2003, quando da comemoração dos 60 anos do Museu, uma exposição obrigou o MHAB a repensar seu acervo, àquela altura já totalmente controlado. O Museu, agente ativo na cidade, fora de seus muros, passaria a confrontar-se com duas situações: primeiro, a negociação com cidadãos individuais, como doadores e, segundo, a clivagem da cidade como acervo. A essas duas situações somaram-se outras, não totalmente novas: primeira, a negociação com órgãos da Prefeitura de Belo Horizonte no sentido da incorporação de objetos desativados, que poderiam ser, após exame, considerados de interesse para a memória da cidade e, segunda,

a regularização da documentação comprobatória da posse do acervo – um aspecto da gestão de acervos até então não totalmente regularizado. Essas situações levaram à criação da “Comissão Permanente de Política de Acervo” (CPPA/MHAB), oficializada em 2003.

Para a CPPA passou a caber, desde então, a coordenação da Política de Aquisição de Acervos do MHAB, em todos os aspectos. Órgão deliberativo superior, a CPPA solicitou, logo em sua primeira reunião, um diagnóstico da situação do acervo com relação à possibilidade de comprovação de posse, para que fossem identificadas pendências relativas à documentação. Ao mesmo tempo, recolheu, junto à equipe do Museu, sugestões sobre aquisição e ampliação dos itens preservados.

Como resultado dessas duas ações, surgiu um documento que, basicamente, fazia duas recomendações: resolução das pendências apontadas, e ampliação do acervo preservado. Essas duas recomendações constituem, desde então, as diretrizes da Política de Aquisição de Acervos do Museu.

A “resolução das pendências” implicou na adoção de rigorosa política de inventário do acervo, ou seja, a introdução de práticas visando a administração patrimonial do acervo. Foi estabelecido que nenhum objeto permaneceria sem documentação que comprovasse sua posse. Paralelamente, foram estabelecidas práticas de relacionamento com os possuidores originais, fossem eles cidadãos privados, ou agentes oficiais da prefeitura. Essa política teve como consequência a instauração de práticas arquivísticas totalmente ajustadas à Política de Gestão de Arquivos da Prefeitura.

Essa diretriz também abriu a possibilidade de que fossem experimentadas práticas de baixa de acervos, por meio da identificação de objetos considerados não concomitantes às linhas temáticas adotadas pelo MHAB, ou que estivessem em estado de conservação que não justificasse o investimento de recursos em restauração.

A ampliação do acervo, a segunda diretriz, ainda é experiência em curso. Uma política de “acervos operacionais”, ou seja, de abordagem da cidade como artefato,

pela via da clivagem, foi implantada. Essa não era uma idéia nova, no MHAB, já tendo sido proposta em 1995, com o nome de “Circuitos de Memória” (CÂNDIDO e TRINDADE, 2004, p. 162), que, por diversos motivos, não se concretizou então. Em 2003, uma primeira experiência começou a ser realizada, abordando a Praça Sete de Setembro, importante logradouro público belo-horizontino, e, desde então, tem resultado em diversos produtos, em termos de bancos de dados, acervo, exposições e publicações. A essa ação deverá, em 2007, juntar-se uma segunda, abordando a região da Pampulha.

Todas essas ações testemunham, após três anos de atuação da CPPA/MHAB, o amadurecimento dos trabalhos. O estabelecimento efetivo de uma Política de Aquisição de Acervos aponta o estabelecimento do MHAB na condição de “recolhedor ativo”, no que diz respeito à incorporação de acervos tradicionais ou “cartoriais”: exemplo disso é o trabalho desenvolvido atualmente junto a diversas instâncias da Prefeitura de Belo Horizonte.

O próximo passo do MHAB são os projetos que visam chamar a atenção dos habitantes para a cidade, e para a diversidade e dinâmica em que estão inseridos, tirando-os de seus locais de vida cotidiana e trazendo-os até o Museu. Algumas experiências de notável sucesso já foram feitas, colocando a Educação Patrimonial também na trilha da Política de Aquisição de Acervos: trata-se da ação intitulada “Onde mora minha história”, na qual o MHAB sai de seus muros e leva todas as funções museológicas para uma região escolhida com antecedência, escolhendo uma escola como base. Pensamos que talvez seja este o futuro.

## **6 Conclusão: a teoria, na prática, funciona.**

O atual MHAB é produto de um longo processo, que conjugou oportunidade, vontade política e qualidade profissional. A decisão, tomada em 2003, de encerrar o “processo de revitalização”, e a assunção pela equipe, de que os métodos desenvolvidos já se haviam tornado parte do cotidiano institucional, foram a comprovação final de que as opções teóricas feitas em determinado momento tinham tido sucesso, e que a prática do controle do acervo, independente do nome que receba, funciona e abre novas possibilidades para a instituição.

A experiência do Museu, nos últimos anos, garantiu sua passagem da condição de um acanhado museu de história para a de importante museu de cidade, condição consolidada, tanto no panorama local, quanto no brasileiro. A eficácia do processo é atestada pela sucessão de projetos que, nos últimos anos, têm sido propostos e aprovados, o que amplia enormemente o fôlego institucional. Uma equipe de profissionais bem formados e engajados, o apoio fundamental da Prefeitura e da sociedade civil, representada pela AAMHAB, fazem da Política de Aquisição de Acervos uma ferramenta eficaz de gestão museal, e nos permite dizer que nossa experiência deu certo, e pode perfeitamente ser repetida.

---

## Notas

(1) Recentemente, o Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU) do Iphan tem feito esforços de coordenação que resultaram numa Política Nacional de Museus. Trata-se de “uma política pública voltada para os museus brasileiros, [visando] estabelecer o debate necessário sobre a questão com os diversos segmentos culturais que tratam do assunto, buscando travar um diálogo com pessoas e entidades vinculadas à museologia, meio universitário, profissionais da área e secretarias estaduais e municipais de cultura.” (BRASIL, Ministério da Cultura, 2005). O documento em questão refere-se, em seu item 7, à “Gestão e Aquisição de Acervos Culturais”. O Decreto 5264, de 5 de novembro de 2004, que institui o Sistema Brasileiro de Museus, também se refere à “aquisição de bens”, embora de maneira extremamente genérica.

(2) Lançada em 1936, a obra se dividia em dois volumes: o primeiro, “História Antiga”; e o segundo, “História Média”. Baseado em extensa pesquisa documental, “Barreto mirava-se no exemplo de Diogo de Vasconcelos, tido como fundador da historiografia mineira e que em 1901 publicara a primeira versão da História Antiga das Minas Gerais e, em 1918, a História Média das Minas Gerais.” (FARIA, 1995, v.1, p. 28)

(3) Não é possível estabelecer com clareza como Barreto concebia essa questão. Segundo o exame de um documento datado de abril de 1943, a idéia estaria relacionada à possibilidade, nunca realizada, de construção de um anexo, cuja visitação seria precedida pela visitação ao “Casarão”. (BITTENCOURT, 2004b, p. 41).

(4) Ainda no ano de 1993 foi iniciado o planejamento físico e financeiro da reestruturação do “sítio da Fazenda Velha do Leitão”, cujo principal aspecto era a construção de um novo prédio, então tratado como “anexo”. Esse prédio foi pensado como sede das atividades museológicas do MHAB, enquanto o “Casarão”, restaurado, passaria a ser sede exclusivamente de exposições. O novo prédio foi inaugurado em dezembro de 1998.

(5) Trata-se do *Thesaurus para acervos museológicos* (FERREZ e BIANCHINI, 1987). Trata-se do instrumento técnico que, ao longo dos últimos vinte anos se tornou a ferramenta básica de trabalho dos especialistas em documentação museológica, tendo sido base de todas as experiências tentadas no Brasil. O *Thesaurus* foi produto de uma experiência pioneira, em nosso país: criar um vocabulário controlado que permitisse a uniformização das bases de dados geradas pelo tratamento técnico de acervos. Para termos de tratamento documental, os objetos são divididos em categorias, classes e subclasses.

## Referências bibliográficas

- ALVES, Célia Regina Araujo. Considerações iniciais. In: BRASIL, Prefeitura de Belo Horizonte, Museu Histórico Abílio Barreto. *MHAB: 60 anos de história*. Belo Horizonte: PBH/MHAB, 2003.
- ALVES, Célia Regina Araujo et al. Considerações sobre o acervo do Museu Histórico Abílio Barreto. In: PIMENTEL, Thaís Velloso Cougo (org.). *Reinventando o MHAB: O museu e seu novo lugar na cidade*, 1993-2003. Belo Horizonte: Museu Histórico Abílio Barreto, 2004.
- AMERICAN ASSOCIATION OF MUSEUMS. *Museums for a new century : a report of the Commission on Museums for a New Century*. Washington, DC: AAM, 1984.
- BITTENCOURT, José N. Desconstruindo e reconstruindo acervos de documentos no Museu Histórico Nacional. In: SEMINÁRIOS DE CAPACITAÇÃO MUSEOLÓGICA, 2004, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Instituto Cultural Flávio Gutierrez, 2004. p. 133-143.
- \_\_\_\_\_. MHBH, MHAB, MhAB. O sítio da Fazenda Velha do Leitão, seus diversos prédios e seus museus, 1943-2000. In: PIMENTEL, Thaís Velloso Cougo (org.). *Reinventando o MHAB: o museu e seu novo lugar na cidade – 1993-2003*. Belo Horizonte: Museu Histórico Abílio Barreto, 2004.
- \_\_\_\_\_. Receita para a refeição cotidiana dos museus. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* ' n. 31, p. 149-163, Brasília, DF: MINC/IPHAN, 2005.
- BRASIL, Ministério da Cultura. *Política Nacional de Museus: Bases para a Política Nacional de Museus*. Brasília, DF: MINC, 2005. Disponível em <<http://www.cultura.gov.br/politicas/museus/index.php?p=1340&more=1&c=1&pb=1>>. Acesso em: 5 set. 2006.
- CÂNDIDO, Maria Inez. *MHAB: 60 anos de História*. Belo Horizonte: PBH/MHAB, 2003. Caderno 2.
- CÂNDIDO, Maria Inez; TRINDADE, Silvana Cançado. O acervo de objetos do MHAB: formação, caracterização e perspectivas. In: PIMENTEL, Thaís Velloso Cougo (org.). *Reinventando o MHAB: o museu e seu novo lugar na cidade – 1993-2003*. Belo Horizonte: Museu Histórico Abílio Barreto, 2004.
- FARIA, Maria Auxiliadora. Belo Horizonte – Memória Histórica e Descritiva: à guisa de uma análise crítica. In: BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: Memória histórica e descritiva - história antiga e história média*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. 2 v.
- FERREZ, Helena D.; BIANCHINI, Maria Helena S. *Thesaurus para acervos museológicos*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória/Coordenadoria de Acervos Museológicos, 1987. 2v.
- HORCAIO, Ivan. *Dicionário Jurídico Referenciado*. São Paulo: [s. n.], 2006. Primeira Tiragem.

LACERDA, Daniela; FERRON, Luciana Maria A.; ARAÚJO, Vanessa. Ação cultural no Museu Histórico Abílio Barreto. In: PIMENTEL, Thaís Velloso Cougo (org.). *Reinventando o MHAB: o museu e seu novo lugar na cidade – 1993-2003*. Belo Horizonte: Museu Histórico Abílio Barreto, 2004.

KAVANAGH, Gaynor. *History curatorship*. Washington, DC: Smithsonian Institution Press, 1990.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Para que serve um Museu Histórico? In: BRASIL, Museu Paulista. *Como explorar um museu histórico*. São Paulo: MP/USP, 1992.

\_\_\_\_\_. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, Nova série, v. 2, p. 9-42, jan/dez 1994), São Paulo: M P/USP, 1994.

\_\_\_\_\_. O Museu de cidade e a consciência da cidade. In: SANTOS, Afonso Carlos M. dos; GUIMARAENS, Cêça; KESSEL, Carlos (org.). *Museus e cidades*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2004.

PIMENTEL, Thaís Velloso Cougo. Apresentação. In: PIMENTEL, Thaís Velloso Cougo (org.). *Reinventando o MHAB: o museu e seu novo lugar na cidade – 1993-2003*. Belo Horizonte: Museu Histórico Abílio Barreto, 2004.

\_\_\_\_\_. A experiência do Museu Histórico Abílio Barreto. In: SEMINÁRIOS DE CAPACITAÇÃO MUSEOLÓGICA, 2004, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Instituto Cultural Flávio Gutierrez, 2004. p. 76-81.

\_\_\_\_\_. *Reinventando o MHAB: o museu e seu novo lugar na cidade – 1993-2003*. Belo Horizonte: Museu Histórico Abílio Barreto, 2004.

PRIMO, Judite Santos. Pensar contemporaneamente a museologia. *Cadernos de Sociomuseologia*, n° 19, [não paginado], Lisboa: ULHT, 1999.

SANTOS, Gilvan Rodrigues dos Santos; COSTA, Thiago Carlos. O futuro do passado da cidade: a formação do núcleo original do acervo Museu Histórico de Belo Horizonte. *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 38, p. 206-219, Rio de Janeiro: MINC/IPHAN/MHN, 2006.

TOSTES, Vera Lúcia Bottrel. O problema das reservas técnicas: como enfrentar o apego devorador? *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 31, p. 74-80, Brasília, DF: MINC/IPHAN, 2005.

WILLIAMS, Daryle. Sobre patronos, heróis e visitantes: o Museu Histórico Nacional, 1930-1960. *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 29, p. 141-186, Rio de Janeiro: MINC/IPHAN/MHN, 1997.

\* Historiadora. Doutora em História. Diretora do Museu Histórico Abílio Barreto.

\*\* Historiador. Doutor em História. Pesquisador do IPHAN.

\*\*\* Historiadora. Coordenadora de ação cultural do Museu Histórico Abílio Barreto.